

DESAFIOS PARA UM DESENVOLVIMENTO COMPATÍVEL COM O CLIMA COMO FORTALECER AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SETOR AGROPECUÁRIO E FLORESTAL

MENSAGENS CHAVE

1. As atividades de agropecuária e florestal ocupam um lugar destacado na matriz produtiva dos países da América Latina; no entanto, seu desenvolvimento e sustentabilidade requerem uma maior capacidade de adaptação aos impactos da mudança climática.
2. A ameaça que a mudança climática apresenta para estes setores chave da economia da América Latina obriga os Estados a desenvolverem políticas públicas preventivas efetivas a fim de garantir a segurança alimentar e humana, contribuir à redução da pobreza, e favorecer a competitividade da região em nível internacional.
3. Um dos principais desafios é favorecer uma integração efetiva das políticas climáticas com as diferentes políticas macroeconômicas, de desenvolvimento agropecuário e florestal e de ordenamento ambiental do território¹.
4. A complexidade da mudança climática requer uma abordagem participativa multissetorial, multijurisdicional e multinível, tanto na fase de planejamento, como de implementação e avaliação das políticas. Ao mesmo tempo, esta participação é a que contribuirá para atingir um apoio político e social sustentado.
5. É preciso que as políticas climáticas para o setor agropecuário e florestal incluam um enfoque global e regional que permita a articulação e sinergias das agendas climáticas nacionais. Particularmente devido ao papel chave que estes setores têm na América Latina no fornecimento de alimentos.

AUTORES

Equipe da Fundación Cambio Democrático com base na Pesquisa Regional "O Estado e Qualidade das Políticas Públicas sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento na América Latina. Setor Agropecuário e Florestal" elaborado pela Plataforma Climática Latinoamericana.³

RESUMO EXECUTIVO

Os impactos da mudança climática na América Latina são cada vez mais preocupantes; particularmente aqueles que atingem o setor agropecuário e florestal, devido a sua alta dependência das condições climáticas. Isso gera uma situação de vulnerabilidade econômica, social, ambiental e política na região, pondo em risco a segurança alimentar, a segurança humana e as condições básicas para a redução da pobreza.

O setor agropecuário e florestal tem uma grande relevância para os países da região, entre outras coisas, com respeito a sua contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB), à geração de emprego e às exportações (Ryan, 2012), assim como em seu importante papel na produção de alimentos para o mundo. Assim, os impactos climáticos atingem a contribuição do setor ao crescimento econômico nacional e regional, reduzindo, por sua vez, a capacidade do Estado de manter políticas de desenvolvimento sustentável. Por outra parte, poderiam ter impactos inflacionários nos mercados de alimentos, atingindo negativamente os níveis de segurança humana na região e no mundo.

As políticas públicas regionais, nacionais e subnacionais orientadas a abranger a problemática do clima têm sido pouco efetivas para reverter a situação vigente e os cenários desanimadores projetados. Embora sejam reconhecidos avanços na formulação destas políticas, particularmente vinculados à criação e desenvolvimento de uma institucionalidade específica na matéria, existe ainda um forte déficit na efetiva implementação das mesmas.

Esta situação apresenta diversos desafios e dúvidas para os tomadores de decisão. Entre eles: Quais são as condições necessárias para o desenvolvimento de políticas de mudança climática efetivas? Como pode o Estado potencializar a qualidade técnica e a legitimidade destas políticas para aprimorar seus efeitos e evitar potenciais conflitos? Como reduzir os prejuízos progressivos vinculados à falta de coordenação entre as políticas de desenvolvimento e as políticas climáticas, e incrementar, por sua vez, a qualidade de vida da população reduzindo os níveis de pobreza? Como conseguir capitalizar o esforço para incluir a mudança climática em uma visão de desenvolvimento? Como utilizar as verbas de maneira mais eficiente para enfrentar as demandas orçamentárias às quais estão sujeitos os Estados? E, finalmente, como enfrentar as urgências que a conjuntura apresenta, sem deixar de lado o que for importante a médio e longo prazo?

Nesse cenário, é fundamental fortalecer a capacidade do Estado para enfrentar estes desafios. O presente documento procura proporcionar argumentos e diretrizes chaves para que os tomadores de decisão desenvolvam de forma urgente políticas efetivas para um desenvolvimento compatível com o clima². Neste sentido, é necessário adotar políticas climáticas consensuadas através de processos de diálogo amplos e multissetoriais que cubram todo o ciclo de vida das políticas, de maneira tal que contem com um apoio político e social sustentado. Nesta direção, é relevante harmonizar seus objetivos com os de outras políticas de desenvolvimento; privilegiar o caráter preventivo acima do enfoque reativo; dotar recursos, particularmente orçamentários, suficientes; e frisar a importância do trabalho multinível e multiator, promovendo em definitivo a legitimidade, sustentabilidade e o impacto real das políticas.

QUADRO 1. Nota metodológica

A base para a elaboração deste documento de recomendações de política é o relatório sobre "O Estado e Qualidade das Políticas Públicas sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento na América Latina. Setor Agropecuário e Florestal" elaborado por Daniel Ryan em 2012 no âmbito de uma pesquisa impulsionada pela Plataforma Climática Latinoamericana na região, o qual, ao mesmo tempo, se sustenta sobre o desenvolvimento de relatórios nacionais procedentes de dez países da América Latina, a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Paraguai, Peru e Uruguai. Aliás, considera contribuições e recomendações baseadas nas lições aprendidas em cada um destes países, reveladas e discutidas no Fórum Regional "Políticas Públicas sobre Mudança Climática e Desenvolvimento: do discurso à mudança"; organizado pela Plataforma Climática Latinoamericana e a Aliança Clima e Desenvolvimento – tradução para Climate and Development Knowledge Network (CDKN), com o apoio da Fundación Futuro Latinoamericano e facilitado pela Fundación Cambio Democrático; o qual aconteceu nos dias primeiro e dois de Outubro de 2012, em Lima, Peru.

MUDANÇA CLIMÁTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ANÁLISE LOCAL E PADRÕES REGIONAIS

As análises de vulnerabilidade frente à mudança climática na região indicam, entre outras coisas, que os períodos de seca e inundações estão se agravando; que os fenômenos de desastre são e serão, não só mais extremos, mas também mais recorrentes; que a perda de superfície glacial está reduzindo a disponibilidade de água para consumo humano, agrícola, pecuário e para geração de energia; que os solos continuam em um processo de erosão e degradação, paralelamente a uma alteração dos processos de produtividade primária; e que haverá, em geral, impacto em diversos serviços ambientais, entre outros impactos⁴.

Por sua vez, a informação disponível permite afirmar que os países da América Latina e do Caribe são particularmente vulneráveis aos impactos da mudança climática, sobretudo o setor agropecuário e florestal. Como exemplo, podem ser destacados casos como o do Uruguai, onde se estima que a seca de 2009 causou um prejuízo econômico equivalente a 1,5% do PIB; ou como o da Colômbia, onde em 2012 o fenômeno La Niña causou níveis de chuva e inundações recorde, que atingiram mais de 2.27 milhões de pessoas em 755 diferentes municípios do país (Departamento Nacional de Planeación da Colômbia, 2010 citado em Sarmiento, Ramos y Arenas Wightman, 2012), gerando inúmeros danos materiais. O caso do Paraguai também é paradigmático; o comportamento climático dos últimos anos, principalmente as secas prolongadas, têm colocado os pequenos produtores rurais em situações de grave insegurança alimentar, motivando o Poder Executivo a declarar em 2012 a situação de emergência alimentar para a agricultura familiar indígena⁵. Outro caso é o do Equador, onde no período 2002 a 2007 as secas causaram 45% das perdas nos cultivos transitórios e 11% dos cultivos permanentes (Ministerio del Ambiente do Equador, 2011 citado em Albán y Prócel, 2012). A lista pode continuar em toda a América Latina, razão pela qual é preciso adotar urgentemente medidas específicas para manter os benefícios que estes setores fornecem à sociedade em seu conjunto.

Quadro 2. El Salvador, o país mais vulnerável da América Latina

Diversas pesquisas têm qualificado El Salvador como um dos países mais vulneráveis do mundo perante os impactos da mudança climática. Entre os anos de 2002 e 2011, El Salvador foi atingido por sete ciclones e dois sistemas de baixa pressão, três dos quais ocorreram entre 2009 e 2011, causando perdas calculadas em 1.3 bilhões de dólares (equivalente a 6% do PIB do país). Para ter um ponto de comparação, durante as décadas de 60 e 70, só há registros de um ciclone tropical por década. Esta série de eventos, e seu incremento nos últimos anos, geraram maior atenção à problemática e posicionamento na agenda política nacional motivando o planejamento de uma série de políticas destinadas a incorporar e fortalecer a gestão de risco, a adaptação ao fenômeno e a redução da vulnerabilidade. El Salvador é um claro exemplo de como a agenda climática se instala no país com um caráter eminentemente reativo perante os efeitos dos eventos extremos de alto impacto.

Dois terços das emissões da América Latina são ocasionados por mudanças nos usos do solo e pela atividade silvipastoril. Qualquer estratégia neste sentido requer políticas específicas sobre o setor agropecuário e florestal. Progressivamente, os países da região estão incrementando seu compromisso de redução de emissões, como resultado das comunicações nacionais e de um conjunto de políticas climáticas em nível local e nacional. Particularmente na última década, é possível observar o desenvolvimento de uma institucionalidade específica em mudança climática. Só alguns

países carecem ainda de ferramentas e políticas para enfrentá-la. Naqueles que têm avançado na matéria, podemos observar certos padrões e características comuns (Ryan, 2012).

Já desde o momento do **planejamento** podem ser observadas certas limitações. Principalmente, **existe uma forte debilidade na integração e articulação das políticas climáticas com outras políticas setoriais ou macroeconômicas**. A falta de articulação se percebe não só na descoordenação operacional, mas também se nota na contradição entre os propósitos e objetivos que cada uma das políticas traz consigo. Esta situação atenta contra o cumprimento de ambas as políticas, gerando, em ocasiões, sinais contraditórios à sociedade e ao mercado, e, em consequência, o desaproveitamento de oportunidades e sinergias. Particularmente, a falta de articulação entre as políticas de proteção florestal e as políticas de promoção da atividade agropecuária gera deficiências no planejamento e implementação das mesmas, sendo esta uma situação que se repete em vários países da região. Esta necessidade de maior coordenação requer abordagem a partir de esquemas de ordenamento ambiental do território, por se tratar de uma ferramenta integradora chave para viabilizar os objetivos de política climática propostos.

Quadro 3. A Argentina e o desafio de integrar a agenda climática nas políticas setoriais.

O *Plan Estratégico Agroalimentario y Agroindustrial Participativo y Federal de Argentina* (PEA) é um bom exemplo de uma política de planejamento do desenvolvimento setorial com deficiente consideração e integração de objetivos climáticos. Criado em 2010 a fim de estabelecer as principais diretrizes do setor agroalimentar argentino para a próxima década, o PEA não incluiu nenhuma meta vinculada às emissões por cadeias produtivas. Embora considere alguns objetivos ambientais (como o incremento da superfície natural protegida e algumas metas em termos de recuperação de tonelada de carbono por hectare), estes não se articulam, nem se integram com os fins produtivos que, certamente, são guia e motor deste plano. Por exemplo, não prevê incrementos nas emissões de GEE resultantes da expansão do setor agrícola e especialmente do pecuário (setor crítico na matriz de emissões de GEE da Argentina); também não incorpora nenhum tipo de análise ou avaliação sobre o balanço de emissões que resultem da expansão da produção e da mitigação pelas ações que tendem a capturar GEE.

Outro aspecto vinculado ao planejamento, mas que também se associa estreitamente ao apoio social que estas políticas podem receber, refere-se às instâncias de participação social como mecanismo para o processo de formulação ou monitoramento de programas e/ou planos. Embora sejam consideradas na grande maioria das políticas, não estão adequadas às necessidades de uma abordagem integral. Isto demonstra a necessidade de abrir espaços de participação que tenham em conta os atores chave destes setores e em todos os países da região, adotando um enfoque multissetorial, multinível, multidisciplinar que garanta um esquema de participação que cumpra com os princípios básicos de: participação plena, responsabilidades compartilhadas e soluções inclusivas.

Quanto à **implementação das políticas**, a debilidade ou os atrasos na execução das mesmas é uma característica comum que, em maior ou menor medida, atinge todos os países estudados; embora não haja um fator único que explique este fenômeno na totalidade da região. De fato, em cada país têm sido desenvolvidas diferentes

configurações de fatores e condições. **O mais recorrente destes é a falta de verba orçamentária suficiente ou dotações abaixo do mínimo necessário** (Por exemplo, o Plan de Acción Nacional de Cambio Climático 2008 no Chile⁷, ou a Lei de Bosques Nativos na Argentina⁸). Outros fatores que se encontram repetidas vezes são a falta de recursos humanos e logísticos (Por exemplo, com respeito ao uso e manejo de recursos florestais na Bolívia), as falências na implementação nos níveis subnacionais vinculados à falta de capacidades locais (Por exemplo, o Controle Florestal no Peru), e até problemas estruturais como aqueles resultantes de tensões de poder e interesses contrapostos entre diversos atores envolvidos.

Quadro 4. Chile. A falta de recursos como fator de déficit na implementação.

O Chile aprovou em 2006 sua <Estrategia Nacional de Cambio Climático> que dois anos depois daria lugar ao Plan de Acción Nacional de Cambio Climático 2008-2012 (PANCC). Durante a avaliação de andamento do mesmo, realizada no ano de 2011, o relatório apontou uma execução deficiente, estimando que nenhum dos objetivos finais - como são os planos nacionais multissetoriais de adaptação e mitigação - seriam cumpridos assim que finalizasse o período de execução oficial em dezembro de 2012. Entre outros tantos fatores, determinou-se que esta deficiência na implementação foi consequência de problemas de coordenação burocrática entre as etapas de planejamento e aprovação do plano e os períodos da formulação orçamentária, que concluiu em uma desequilibrada dotação de verbas para atingir as metas previamente pautadas.

Ora, se analisarmos as políticas sobre mudança climática da perspectiva do **apoio político e social** que existe ao redor delas, estas ocupam um lugar certamente marginal na agenda e na atenção da opinião pública em quase todos os países da região. Exceto o caso do Brasil, no resto dos países o **incremento da relevância pública da “questão da mudança climática” poderia se definir como reativo, em muitos casos, produto de eventos climáticos extremos com alto impacto econômico-social**: secas no Uruguai, tormentas tropicais em El Salvador e ondas inverniais na Colômbia (ver Quadro 5), entre outros. Além disso, não se encontram compromissos programáticos fortes com relação à problemática climática, mas sim diferentes níveis de apoio com base em uma conjuntura política particular ou interesses específicos das elites, partidos ou alianças no poder.

Por outro lado, nos casos analisados, adverte-se uma resistência ativa particularmente em torno das políticas de mitigação, não sendo esta tão intensa perante as medidas de adaptação. Acontece que, nas primeiras, os benefícios são distribuídos na sociedade em seu conjunto, e, os custos, impostos a setores específicos. Por outro lado, as políticas de adaptação tendem a focar seus benefícios, enquanto que os custos são distribuídos no resto da sociedade. Desta forma, as políticas de adaptação costumam ser utilizadas como forma para gerar níveis de consenso político e social que permitem avançar com agendas climáticas mais ambiciosas.

A “falta de vontade política”, insistentemente mencionada nas diversas pesquisas nacionais, estabelece a necessidade de interagir e envolver de maneira efetiva os diversos atores do sistema político e enfatiza a necessidade de construir coalizões políticas e sociais que impulsionem e mantenham agendas de desenvolvimento que incorporem a dimensão climática.

Quadro 5. Colômbia. Eventos extremos como catalisadores de políticas climáticas

Em muitos dos países da região foi preciso passar por catástrofes ambientais que acarretaram grandes perdas materiais para se gerar transformações qualitativas em favor de uma estratégia climática mais abrangente e uma maior preponderância da mesma na agenda dos tomadores de decisão. A Colômbia é um fiel reflexo desta realidade. Durante a primeira metade da década de 2000, a incipiente agenda climática do país esteve virada à redução de emissões de GEE com o fim de aproveitar oportunidades econômicas decorrentes do desenvolvimento de projetos de mitigação. Foi só a partir da onda invernal de 2010 causada pelo fenômeno La Niña que aconteceu um forte redirecionamento da agenda climática com uma maior ênfase no componente adaptação. No transcurso desta situação, foram atingidas mais de 2.7 milhões de pessoas, inundaram-se ao redor de 807.609 hectares de terra, e foram ocasionados gastos maiores que \$26 bilhões de pesos.

Finalmente, assiste-se ao desafio de incrementar a **fortaleza institucional** em âmbitos onde a agenda climática não é prioritária. Adverte-se que muitas iniciativas não respondem às linhas de ação definidas por órgãos do Estado, mas sim são o fruto da vontade e interesse de funcionários públicos ou técnicos envolvidos no assunto. De todos os modos, o desenvolvimento destas estruturas burocráticas dentro do estado com equipes comprometidas e capacidade técnica para formular, executar projetos e acessar a recursos internacionais tem resultado muito importante para manter a agenda climática através do tempo e mais além dos governos atuais (ver Quadro 6). Por sua vez, existem experiências de países que procuram instalar a responsabilidade pelos temas climáticos em cenários institucionais mais centrais e de maior hierarquia na estrutura do Estado, a partir do envolvimento dos organismos de planejamento, dos ministérios de economia ou diretamente dos chefes de governo. Tal é o caso, por exemplo, do novo sistema nacional de mudança climática da Colômbia que está sob coordenação do Departamento de Planeación Nacional.

Quadro 6. Uruguai. A fortaleza institucional na vontade individual.

Em contextos onde a agenda climática não é prioritária, a existência de certas estruturas burocráticas dentro do Estado tem permitido manter dita agenda no tempo. O Uruguai e a Unidad de Cambio Climático (UCC) são prova fidedigna deste fato que permite sobrepor a institucionalidade acima dos interesses de determinados governos. Apesar de haver recebido baixas dotações orçamentárias por parte do Estado Nacional desde sua criação (1994), este organismo soube manter vigência através de suas atividades, eficácia e capacidade técnica. Desta forma, a UCC é mostra de que um desenvolvimento institucional consolidado, uma equipe profissional e efetivas e claras linhas de ação permitem gerenciar e implementar atividades de grande projeção temporal e impacto sustentado, em uma temática onde prevalecem as ações insustentáveis que são produto da vontade individual e da capacidade de networking de pessoas ou grupos específicos.

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA

Com relação às principais limitações das políticas públicas de mudança climática identificadas na região, particularmente aquelas vinculadas ao setor florestal e agropecuário, apresentam-se a seguir uma série de recomendações aos tomadores de decisão, orientadas a melhorar sua qualidade e efetividade para atingir os objetivos propostos. As mesmas estão agrupadas em função das seguintes dimensões: *Qualidade do Planejamento, Implementação, Liderança e Apoio Político, Fortaleza Institucional e Comunicação Social*.

Qualidade do Planejamento:

- Os espaços de participação multissetorial, multidisciplinar e multinível em todas as etapas de vida da política são substanciais para adequá-la às capacidades e interesses dos diversos atores, e, nesta linha, assegurar sua maior legitimidade, efetividade e sustentabilidade.
- É fundamental integrar e articular as políticas climáticas com outras políticas setoriais ou macroeconômicas nacionais para incrementar sua sinergia e potencializar seu impacto real. Particularmente, é preciso reduzir as contradições entre as políticas de proteção florestal e as políticas de promoção da atividade agropecuária. É importante o papel de um organismo coordenador que facilite esta articulação.
- É essencial contar com informação legítima e relevante, que possibilite um enfoque mais amplo, reduzindo os vieses que se desprendem de diversos olhares setoriais.
- A descentralização dos processos de planejamento e de implementação das políticas climáticas contribui a uma maior flexibilidade, para sua efetiva aplicação nos diversos contextos locais.
- É necessário estabelecer claramente as verbas orçamentárias que serão dotadas à instituição encarregada da implementação da política.
- O ordenamento ambiental do território é reconhecido como uma ferramenta estratégica fundamental para alcançar os objetivos climáticos propostos ao se planejar os usos presentes e futuros do território com um enfoque sensível ao clima e sua dinâmica.
- Existem maiores possibilidades de se obter bons resultados de políticas climáticas quando estas estão ancoradas em normas de maior hierarquia dentro do ordenamento jurídico nacional, mais ainda se forem considerados os aspectos processuais vinculados (justiça climática).
- É preciso considerar o estabelecimento de incentivos e desincentivos para que o setor privado contribua com os objetivos das políticas.

Implementação:

- É necessário fortalecer as capacidades locais e subnacionais para implementar as políticas, já que esta costuma ser em reiteradas oportunidades a razão de seu fracasso.
- Importante manter uma coordenação adequada entre os diversos níveis jurisdicionais. Nesta linha, recomenda-se definir um organismo ou unidade de implementação interinstitucional e interjurisdicional que vele pela articulação necessária e pela continuidade das políticas.
- Requer-se desenvolver e estimular sistemas de monitoramento e avaliação contínua das políticas por parte do Estado, assim como dos diversos atores envolvidos, que permitam estabelecer os avanços e limitações em cada uma das fases de implementação da política.
- É de extrema relevância estabelecer juridicamente mecanismos de prestação de contas aplicáveis à gestão das políticas climáticas.
- É preciso impulsionar e monitorar a efetiva implementação do conjunto de políticas climáticas já existentes.

Fortaleza Institucional:

- É preciso integrar a gestão da mudança climática nos diversos órgãos do aparato público e ministérios, com a finalidade de melhorar a articulação de esforços e aprimorar a capacidade de impacto de ditas políticas.
- Sugere-se conferir maior hierarquia institucional à entidade pública responsável por coordenar a gestão climática tanto em aspectos orçamentários como de planejamento.
- É necessário fortalecer as estruturas burocráticas estatais encarregadas de formular e executar as políticas e programas, aprimorando as capacidades técnicas de seus membros e o acesso a recursos.
- É necessário fortalecer o caráter preventivo das políticas climáticas, fundamentalmente perante os fenômenos de desastre.
- É relevante o fortalecimento da normativa vinculada ao ordenamento ambiental do território já que permite, entre outras coisas, reduzir o desflorestamento.

Apoio Político e Social:

- É preciso gerar mecanismos que garantam uma participação plena e efetiva dos diversos atores envolvidos ao longo de todas as fases do ciclo da política pública, para atingir um apoio político e social sustentado, e que possam permanecer ainda após uma mudança de gestão de governo.
- Faz-se necessário construir uma coalizão de atores diversos (partidos políticos, setor privado, academia, Organizações da Sociedade Civil, entre outros) que mantenham o apoio e formulem pactos programáticos gerando diretrizes de política que confirmem maior hierarquia à mudança climática na agenda pública.

Comunicação Social⁹:

- Requer-se promover uma maior sensibilização e educação social sobre a gravidade da mudança climática e seus riscos para a segurança humana. Os cidadãos devem virar ativos promotores da mudança, aprendendo a se adaptar a novas realidades.
- É relevante a utilização de estratégias como campanhas educativas e inclusão do tema nos currículos escolares, meios de comunicação, redes sociais, entre outros; priorizando exemplos e histórias próximas, facilmente compreensíveis e adaptadas a cada realidade e setor em especial.
- A comunicação e sensibilização deveriam frisar, finalmente, a necessidade de adotar políticas preventivas, de alerta precoce e adaptação aos impactos, em detrimento daquelas focadas a reagir post-facto.

Esta lista de recomendações propostas não alcança o seu limite. As limitações regionais para o desenvolvimento de políticas públicas em mudança climática implicam em um trabalho complexo e sustentado por todos os atores sociais, que permita traçar uma direção estratégica e efetiva a um verdadeiro desenvolvimento compatível com o clima, limitando as vulnerabilidades existentes e favorecendo a redução da pobreza.

FONTES CONSULTADAS, REFERÊNCIAS E NOTAS FINAIS

- Albán, María Amparo y Andrea Prócel. 2012. "Informe Sobre el Estado y Calidad de las Políticas Públicas sobre Cambio Climático y Desarrollo en Ecuador. Sector Agropecuario y Forestal." Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental (CEDA). Ecuador.
- Cardoso, Denilson, Rachel Bidermann, Luciana Betiol e Laura Valente. 2012. "Informe sobre o Estado e Qualidade das Políticas Públicas sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento no Brasil. Um panorama geral, com destaque ao Setor de Agricultura, Florestas e outros usos do solo.": Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Brasil.
- Cuéllar, Nelson, Fausto Luna, Oscar Diaz y Susan Kandel. 2012. "Informe sobre el Estado y Calidad de las Políticas Públicas sobre Cambio Climático y Desarrollo en El Salvador." Programa Salvadoreño de Investigación sobre Desarrollo y Medio Ambiente (PRISMA). El Salvador.
- Di Paola, María Marta; Inés Rivero y María Eugenia Di Paola (editora). 2012. "Informe Nacional sobre el Estado y Calidad de las Políticas Públicas sobre Cambio Climático y Desarrollo en Argentina. Sector agropecuario y forestal." FARN. Argentina.
- Felandro, Isabel, and Jean Pierre Araujo. 2012. "Informe Sobre El Estado y Calidad De Las Políticas Públicas Sobre Cambio Climático y Desarrollo En El Perú - Sector Agropecuario y Forestal-." Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA). Perú.
- Fundación Ambiente y Recursos Naturales y Fundación Cambio Democrático. 2011. "El Ordenamiento Ambiental del Territorio como herramienta para la prevención y transformación democrática de conflictos socio-ambientales, Lineamientos básicos y recomendaciones para el desarrollo de una política nacional. Volumen 2". Argentina.
- Fundación Cambio Democrático. 2012. Informe de Sistematización del "Foro regional Políticas Públicas sobre Cambio Climático y Desarrollo: Del discurso al cambio" organizado pela Plataforma Climática Latinoamericana e pela Alianza Clima y Desarrollo, com o apoio da Fundación Futuro Latinoamericano em Lima, Peru. Argentina.
- Lattanzio, Sergio R., y Laura Marrero. 2012. "Informe sobre el Estado y Calidad de las Políticas Públicas sobre Cambio Climático y Desarrollo de Uruguay. Sector Agropecuario y Forestal." CEUTA. Uruguay.
- Mitchell, Tom y Simon Maxwell. 2010. "Defining Climate Compatible Development". Climate & Development Knowledge Network.
- Ryan, Daniel. 2012. "Informe sobre el Estado y Calidad de las Políticas Públicas sobre Cambio Climático y Desarrollo en América Latina. Sector Agropecuario y Forestal." Plataforma Climática Latinoamericana.
- Sarmiento, Mariana, Pablo Ramos y Wendy Arenas Wightman (coordenação). 2012. "Informe sobre el Estado y Calidad de las Políticas Públicas sobre Cambio Climático y Desarrollo en Colombia: Sector agropecuario y forestal." Gaia Amazonas y ALISOS –Alianzas para la Sostenibilidad-. Colômbia.
- Seeger, Maia, Juan Carlos Urquidi y Marta Lillo. 2012. "Informe Nacional de Estado de Situación y Calidad de las Políticas Públicas en Cambio Climático y Desarrollo en Chile. Sector Agropecuario y Forestal." SustentaRSE. Chile.
- Vargas Ríos, María Teresa, Noelia Garzón Rivero, Javier González Iwanciw y Edil Osinaga Rico. 2012, "Informe Sobre el Estado y Calidad de las Políticas Públicas sobre Cambio Climático y Desarrollo en Bolivia. Sector Agropecuario y Forestal." Fundación Natura Bolivia. Bolívia.
- Vidal Soler, Víctor. 2012. "Informe sobre el Estado y Calidad de las Políticas Públicas sobre Cambio Climático y Desarrollo en Paraguay – Sector Agropecuario y Forestal.": Fundación Moisés Bertoni. Paraguai.

¹ "Ordenamento ambiental é um instrumento de política ambiental que visa a organização espacial das atividades em um território determinado por um processo de ordenação racional e habilidades participativas dependendo usos e ecossistemas". Fundación Ambiente y Recursos Naturales y Fundación Cambio Democrático. 2011. "El Ordenamiento Ambiental del Territorio como herramienta para la prevención y transformación democrática de conflictos socio-ambientales, Volumen 2". Argentina. Em http://issuu.com/fundacioncambiodemocratico/docs/publicaci_n_ned/1

² "Desenvolvimento compatível com o clima é desenvolvimento que minimiza o dano causado pelos impactos do clima, maximizando as muitas oportunidades de desenvolvimento humano que apresenta um futuro com baixo nível de emissões e mais resiliente". Mitchell, Tom e Maxwell, Simon. 2010. "Defining Climate Compatible Development". Climate & Development Knowledge Network.

³ Equipe da Fundación Cambio Democrático: Pablo Lumerman, Diretor Ejecutivo. Jimena Psathakis, Coordenadora da Área de Desenvolvimento Institucional. María de los Angeles Ortiz, Coordenadora dos Programas de Mudança Climática e Eco-regiões. Ignacio Asis, Coordenador de Projetos dos Programas de Mudança Climática e Eco-regiões. Traduzido em Português por Florencia Hötzel.

⁴ Análise que se desprende dos relatórios nacionais citados na bibliografia.

⁵ Ver Decretos do Poder Ejecutivo do Paraguai Nº 8.282 e Nº 8.896 de 2012.

⁶ Entre outros: Banco Mundial, 2005; Relatório do Grupo de Avaliação Inde pendiente do Banco Mundial, 2006; Índice de Risco Climático Global, Germanwatch, 2010; Relatório Estatístico Anual sobre Desastres do Centro de Investigação sobre Epidemiologia de Desastres da Organização Mundial da Saúde, 2010; Fundo Global para a Redução de Desastres e Recuperação, 2010.

⁷ Comisión Nacional del Medio Ambiente. 2008. Plan de Acción Nacional de Cambio Climático (2008-2012). Santiago, Chile.

⁸ Ley Nº 26.331 de Presupuestos Mínimos de Protección de los Bosques Nativos. 2007. Regulamentado mediante Decreto Nº 91/2009. Argentina.

⁹ Embora os relatórios nacionais e o regional não considerem a dimensão da comunicação social, esta surge como parte do espaço de diálogo e reflexão grupal que aconteceu no âmbito do Fórum Regional "Políticas Públicas sobre Mudança Climática e Desenvolvimento: do discurso à mudança"; motivo pelo qual foi incluída como parte destas recomendações.

Para mais informações visite:

Blog da PCL Intercambio Climático: <http://www.intercambioclimatico.com/>

Twitter: [@intcambioclima](https://twitter.com/intcambioclima)

Facebook: [Intercambio Climático](https://www.facebook.com/IntercambioClimatico)



Alianza Clima y
Desarrollo

Este documento é o resultado de um projeto financiado pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido e pela Direção-Geral de Cooperação Internacional (DGIS) dos Países Baixos em prol dos países em desenvolvimento. No entanto, as opiniões expressas e as informações contidas no mesmo não são necessariamente as do DFID ou da DGIS nem as apoiadas por estes, ou das entidades que gerenciam a implementação da Aliança Clima e Desenvolvimento (CDKN)*, que não podem assumir responsabilidade por essas opiniões ou informações ou por qualquer confiança depositada nelas.

© 2012, Todos os direitos reservados

www.cdkn.org e: enquiries@cdkn.org t: +44 (0) 207 212 4111



Reciclado
Contribuyendo al uso responsable
de los recursos forestales.